

RESOLUÇÃO Nº 06/2005
(Publicada no Diário Oficial de 18/03/2005)

Alterada pelas Resoluções nºs 48/05 e 02/06.

Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à POLYSTAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS SINTÉTICOS LTDA.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.025, de 24 de janeiro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997 e alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, “*ad referendum*” do Plenário, à indústria POLYSTAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS SINTÉTICOS LTDA., CNPJ nºs 16.144.578/0003-13 e 16.144.578/0004-02, a se instalar neste Estado, os seguintes benefícios:

Nota: A redação atual do “*caput*” do art. 1º foi dada pela Resolução nº 48, de 26/07/05, DOE de 27/07/05, efeitos a partir de 27/07/05.

Redação original, efeitos até 27/07/05:

“Art. 1º Conceder, “*ad referendum*” do Plenário, à indústria POLYSTAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS SINTÉTICOS LTDA., CNPJ nº 16.144.578/0003-13, a se instalar no município de Simões Filho - neste Estado, os seguintes benefícios:”

I - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente, o percentual do Crédito Presumido a ser utilizado pela POLYSTAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS SINTÉTICOS LTDA., nas operações de saídas de fios e filamentos contínuos artificiais ou sintéticos e não tecidos, pelo prazo de 15 (quinze) anos, contados a partir do 1º dia do mês subsequente à publicação desta Resolução no Diário Oficial do Estado.

Nota: A redação atual do inciso I do art. 1º foi dada pela Resolução nº 02/06, DOE de 25/01/06, efeitos a partir de 25/01/06.

Redação original, efeitos até 27/07/05:

“I - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente, o percentual do Crédito Presumido a ser utilizado pela POLYSTAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS SINTÉTICOS LTDA., nas operações de saídas de fios e filamentos contínuos artificiais ou sintéticos, pelo prazo de 15 (quinze) anos, contado a partir da data da emissão da primeira nota fiscal.”

II - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

a) pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado;

b) nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

Art. 2º Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte da empresa.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 16 de março de 2005.

JOSÉ LUIZ PÉREZ GARRIDO

Presidente